



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Projeto de Aumento da Capacidade de Valorização Energética de Resíduos Não Perigosos no Centro de Produção de Souselas da CIMPOR

agosto de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública

Projeto de Aumento da Capacidade de Valorização
Energética de Resíduos Não Perigosos no Centro de
Produção de Souselas - CIMPOR

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: agosto de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA.....	3
4. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO.....	3
5. ANÁLISE CONSULTA PÚBLICA.....	4

INTRODUÇÃO

Em cumprimento dos regimes de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao abrigo do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual (Diploma AIA) e pelos regimes da Prevenção e Controlo Integrados de Poluição (PCIP) e do Regime Emissões Industriais (INC), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, na sua atual redação procedeu-se à Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do “Projeto de Aumento da Capacidade de Valorização Energética de Resíduos Não Perigosos no Centro de Produção de Souselas”.

O proponente é a CIMPOR – Indústria de Cimentos, S.A.

• PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis, de **13 de julho a 21 de agosto de 2026**.

• DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação, relativa ao processo, foi disponibilizada para consulta nos seguintes locais:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA).
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro.
- Câmara Municipal de Coimbra.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

• MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da documentação, relativa ao processo, foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios nas CCDR Centro e Câmara Municipal de Coimbra;
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social;
- Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal PARTICIPA.PT;
- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE;
- Envio de comunicação a entidades.

ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas 9 exposições provenientes das seguintes entidades e particulares:

- Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável
- 8 cidadãos.

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável considera que o projeto pode trazer benefícios ambientais pela substituição de combustíveis fósseis por resíduos não perigosos e biomassa, mas identifica várias insuficiências no EIA.

Aspetos positivos identificados:

- Aumenta a valorização energética de resíduos urbanos.
- Pode contribuir para reduzir o envio de resíduos para aterro.

Principais preocupações:

- Falta demonstração de que os CDR (Combustíveis Derivados de Resíduos) não incluem materiais recicláveis.
- Falta esclarecimento sobre os pneus a utilizar e a origem da biomassa.
- O EIA não quantifica adequadamente o efeito nas emissões atmosféricas.
- Falta informação atualizada sobre dioxinas e furanos.
- Não existe demonstração clara da redução de gases com efeito de estufa atribuível especificamente à coincineração.
- Existe insuficiente análise do ciclo de vida dos combustíveis e transportes.

Recomendações principais:

- Medição regular da fração fóssil e biogénica dos combustíveis.
- Divulgação pública dos resultados ambientais.
- Exclusão de resíduos recicláveis da produção de CDR.

- Rastreabilidade da origem dos resíduos e biomassa.
- Metas anuais de redução de emissões verificadas de forma independente.
- Avaliação crescente do uso de biometano.

Conclusão da ZERO

A ZERO considera que o EIA não demonstra de forma suficiente os benefícios nas emissões atmosféricas e climáticas, pelo que pede esclarecimentos e condições adicionais antes da aprovação. Defende, ainda, que faltam dados quantitativos para avaliar adequadamente os efeitos sobre a saúde e o ambiente.

Cidadãos:

No âmbito da consulta pública foram recebidas 8 participações de cidadãos, das quais 3 manifestaram concordância, 3 manifestaram discordância, 1 apresentou observações de carácter geral e 1 apresentou uma sugestão específica.

Contributos favoráveis:

Os cidadãos, que apresentam exposições favoráveis, consideram que o projeto contribui para a descarbonização da indústria cimenteira, através da substituição progressiva de combustíveis fósseis por combustíveis alternativos e biomassa, permitindo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e promover a valorização energética de resíduos não perigosos.

Foram, igualmente, valorizados os benefícios associados à produção de argilas calcinadas, à redução da deposição de resíduos em aterro, à manutenção da atividade industrial e do emprego e ao reforço da competitividade do setor cimenteiro.

Alguns cidadãos salientaram, ainda, como aspetos positivos a eliminação dos reservatórios de GPL, com redução do risco associado a acidentes industriais graves, bem como a inclusão de programas de biomonitorização ambiental e de monitorização dos riscos psicossociais das populações residentes na envolvente.

Aspetos de preocupação identificados por cidadãos favoráveis ao projeto:

Apesar de se manifestarem favoráveis ao projeto, alguns participantes consideraram necessária a adoção de medidas adicionais de mitigação e acompanhamento ambiental.

Entre as preocupações apresentadas destacam-se:

- O aumento do tráfego de veículos pesados na ER336 e nos acessos locais, associado ao transporte de resíduos e matérias-primas.
- O impacto no ambiente sonoro, em particular durante o período noturno, atendendo à previsão de níveis sonoros próximos dos valores limite legais em alguns recetores sensíveis localizados na envolvente da instalação.
- A eventual deposição de partículas atmosféricas em quintais, hortas e pequenas explorações agrícolas de subsistência existentes na área envolvente da unidade industrial.
- A necessidade de assegurar maior transparência na divulgação dos resultados da monitorização ambiental e disponibilização pública dos dados relativos às emissões e aos programas de biomonitorização.
- A necessidade de reforço das barreiras arbóreas existentes como medida complementar de redução da dispersão de partículas e de integração ambiental da instalação.
- Preocupações relacionadas com a integração paisagística das novas estruturas industriais previstas, nomeadamente equipamentos de grande dimensão e altura, tendo sido sugerida a adoção de medidas específicas de integração visual e valorização paisagística.

Contributos desfavoráveis:

As participações desfavoráveis manifestam oposição ao projeto com fundamento em potenciais impactes na saúde pública e no ambiente. Entre os aspetos referidos destacam-se:

- Possibilidade de agravamento da qualidade do ar devido ao aumento da coincineração de resíduos e utilização de pneus triturados.
- Potencial emissão de partículas, metais pesados, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, dioxinas e outros poluentes atmosféricos.
- Possíveis impactes nos recursos hídricos subterrâneos, nos solos e na Ribeira do Botão.
- Preocupações relacionadas com os efeitos psicossociais decorrentes da perceção de risco associada à atividade de coincineração.

Sugestões apresentadas:

Foi apresentada uma sugestão no sentido de privilegiar o transporte ferroviário dos resíduos não perigosos para a instalação, através da utilização do ramal ferroviário existente, contribuindo para a redução do tráfego rodoviário pesado associado ao projeto.

Síntese Global:

De forma geral, os contributos dos cidadãos revelam posições divergentes relativamente ao projeto.

Os participantes favoráveis valorizam os benefícios associados à descarbonização, valorização energética de resíduos, segurança industrial e competitividade económica, enquanto os participantes desfavoráveis expressam preocupações relacionadas com a saúde pública, qualidade do ar, recursos hídricos e impactos ambientais locais.

Foram, ainda, identificadas preocupações específicas relativas ao tráfego pesado, ruído, deposição de partículas, paisagem, transparência da informação ambiental e acompanhamento dos efeitos do projeto sobre as populações residentes



As participações recebidas encontram-se arquivadas no respetivo processo, na Agência Portuguesa do Ambiente.